

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

LIVRO I COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL

1ª PARTE – COMPETÊNCIA CÍVEL GERAL.....	29
---	----

PESSOAS JURÍDICAS	35
-------------------------	----

I) PESSOAS JURÍDICAS PRIVILEGIADAS.....	35
---	----

União Federal	37
---------------------	----

Entidades autárquicas	39
-----------------------------	----

a) Autarquias federais.....	39
-----------------------------	----

b) Fundações.....	40
-------------------	----

c) Conselhos de fiscalização profissional	44
---	----

d) Empresas públicas federais	47
-------------------------------------	----

DO INTERESSE DE AGIR DO ENTE FEDERAL	49
--	----

NASCIMENTO DA AÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL	52
---	----

DESLOCAMENTO DA AÇÃO PARA A JUSTIÇA FEDERAL	53
---	----

APRECIAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR DO ENTE FEDERAL	57
---	----

CASOS ESPECIAIS DO INTERESSE DO ENTE FEDERAL NO PLANO PRÁTICO.....	61
--	----

a) Usucapião extraordinário	61
-----------------------------------	----

b) Terreno de marinha	64
-----------------------------	----

c) Questões de direito marítimo.....	68
--------------------------------------	----

d) Financeira privada em regime de liquidação extrajudicial	70
---	----

e) Avaliação de indenização face à pesquisa mineral.....	73
--	----

f) Ações tendo o FGTS como objeto.....	75
--	----

f.1) Competência da Justiça Federal	76
---	----

f.2) Competência da Justiça do Trabalho.....	80
f.3) Competência da Justiça Estadual	81
g) Ações relativas ao Sistema Financeiro da Habitação	82
DA INTERVENÇÃO DO ENTE FEDERAL E SEUS TIPOS.....	87
DA INTERVENÇÃO DO ENTE FEDERAL E SUAS FORMAS	90
DA INTERVENÇÃO DO ENTE FEDERAL E SEUS EFEITOS	93
DA ESCOLHA DE FORO EM AÇÃO DO ENTE FEDERAL OU CONTRA O ENTE FEDERAL.....	96
a) Ações da União	97
b) Ações contra a União	98
b.1) soluções constitucionais.....	98
b.2) soluções do Código de Processo Civil	103
c) Ações dos demais entes federais	104
II) PESSOAS JURÍDICAS NÃO PRIVILEGIADAS.....	112
Sociedades de economia mista	112
Agente Financeiro de Habitação.....	117
Concessionária de serviço público.....	118
Sindicato	128
Entidades de cooperação ou serviço social autônomo	130
Município	131
III) EXCEÇÕES À COMPETÊNCIA CÍVEL	132
Falência.....	132
Concurso de credores ou de preferência	134
Acidente do trabalho.....	136
Justiça Eleitoral.....	143
Justiça do Trabalho.....	146
Juizado Especial Federal.....	156
IV) OUTRAS DEMANDAS.....	157
Questões de Direito de Família e Sucessório.....	157
Ação civil pública.....	164
Mandado de Segurança contra autoridade estadual e municipal.....	175
Autoridade estadual	176
Autoridade municipal	178
2ª PARTE – COMPETÊNCIA CÍVEL ESPECÍFICA.....	181
ESTADO ESTRANGEIRO	182
Embaixada ou consulado de país estrangeiro	183

ORGANISMO INTERNACIONAL	184
MUNICÍPIO BRASILEIRO	184
PESSOA RESIDENTE OU DOMICILIADA NO BRASIL	185
TRATADO OU CONTRATO INTERNACIONAL	185
Ação de alimentos entre alienígenas	187
QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS	190
NACIONALIDADE E OPÇÃO DE NACIONALIDADE	192
NATURALIZAÇÃO	193
DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS	195
3ª PARTE – COMPETÊNCIA CIVIL INSTRUMENTAL.....	199
MANDADO DE SEGURANÇA	199
Autoridade federal	201
a) Categorias de autoridade federal	204
b) Autoridade federal propriamente dita	204
b.1) Juiz Federal Diretor do Foro	206
b.2) Presidente dos tribunais regionais – do eleitoral, do trabalho e federal.....	210
b.3) Ato do juiz do Juizado Especial Federal	220
b.4) Ato do Juizado Especial Estadual investido em delegação federal	223
c) Autoridade federal delegada	223
c.1) Autoridade federal no exercício de atribuição federal delegada	225
c.2) Autoridade estadual ou municipal investida no exercício de função federal delegada	236
c.3) Autoridade de instituição privada no exercício de função federal delegada	241
d) Matéria no Mandado de Segurança	261
e) Competência absoluta da Justiça Federal	267
f) Mandado de Injunção	267
HABEAS DATA	268
EXECUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA	269
EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	269
4ª PARTE – INSTITUTOS ATINENTES À COMPETÊNCIA CÍVEL.....	271
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL	272
Características da delegação	275

Matéria cível da delegação	277
1 Ação entre segurado e instituição de Previdência Social	277
a) Objeto	278
b) Conveniência do segurado	284
c) Foro do domicílio do segurado	286
d) Competência paralela e concorrente	289
e) As ações de benefício assistencial da Lei 8.742/93	294
f) Exclusão do Mandado de Segurança	295
2 Entrega de certificado de naturalização	297
3 Execução fiscal	298
a) Autor	301
b) Objeto	303
d) Embargos e as ações ordinárias	306
4 Usucapião especial de terras devolutas	310
CARTA PRECATÓRIA	313
CONEXÃO, CONTINÊNCIA E PREVENÇÃO NA COMPETÊNCIA CÍVEL	315
CESSAÇÃO DA COMPETÊNCIA CÍVEL	321
COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL NAS SÚMULAS	324
a) Competência da Justiça Federal	325
b) Competência da Justiça Estadual	336
c) Competência da Justiça do Trabalho	344
d) Temas correlatos com a competência da Justiça Federal	347
e) Temas sem conexão direta com a competência de nenhuma Justiça	351
COMPETÊNCIA RECURSAL PARA AS QUESTÕES FEDERAIS	352
a) As demandas decididas pelos juízes federais	353
b) As demandas decididas pelos Juizados Especiais Federais	354
c) As demandas decididas pelos juízes de direito	356
d) Os conflitos de competência	365
e) A sede para as ações rescisórias	368

LIVRO II

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL

1ª PARTE – COMPETÊNCIA CRIMINAL GERAL	373
PESSOAS JURÍDICAS	374
PESSOAS JURÍDICAS NOMINADAS	375
União	377

Territórios	378
Autarquias federais	378
Empresas públicas federais	379
PESSOAS JURÍDICAS INOMINADAS	381
Conselhos de fiscalização profissional	381
Fundações	382
PESSOAS JURÍDICAS NÃO PRIVILEGIADAS	385
Sociedades de economia mista	385
Sindicatos	387
Concessionárias de serviço público	387
Figuras do assistente e do opoente no processo penal	389
REPERCUSSÃO DO DELITO NO BEM, SERVIÇO E INTERESSE	389
OCORRÊNCIA DO PREJUÍZO E/OU DANO	399
EXEMPLOS DE CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL	402
a) Delitos da competência da Justiça Federal	404
Crime contra o juiz eleitoral e a justiça eleitoral	404
Crime contra o juiz estadual investido em delegação federal	405
Crime de extração ilegal de minérios	405
Crime contra o Pasep	405
Crime de violação de telecomunicação	406
Crime de esbulho de área pertencente à União	406
Delito de apropriação indebita previdenciária	407
Delito de parcelamento de solo ou loteamento irregular	407
Delito de divulgação de loteria não autorizada	407
b) Delitos da competência da Justiça Federal e Justiça Estadual	407
Delito contra o servidor federal (Súmula 98/TFR)	408
Delito praticado pelo servidor federal (Súmula 254/TFR)	411
O crime de se passar por servidor federal	414
Crimes contra a Justiça do Trabalho (Súmulas 200/TFR e 165/STJ)	415
Delito tendo por objeto moeda estrangeira	418
Crime contra o Sistema Único de Saúde	418
Os crimes ambientais	420
Delito de desvio de verba federal (Súmulas 133/TFR, 208 e 209/STJ e 30/TRF 1ª Região)	425
Crimes de falsificação (Súmulas 107/STJ, 73/STJ, 62/STJ e 31/TFR)	428

Delitos contra a vida	438
Delitos de posse ilegal de arma.....	438
Delitos do índio e contra o índio (Súmula 140/STJ).....	439
Delito de fraude de penhor agrícola.....	441
c) Delitos da competência da Justiça Estadual	442
O crime decorrente do acidente de trânsito (Súmula 125/TFR).....	443
Crimes contra a saúde pública	443
Crimes contra o patrimônio do particular	444
Crimes contra a entidade particular de ensino superior	445
Outros delitos da competência da Justiça Estadual.....	445
EXCEÇÕES À COMPETÊNCIA CRIMINAL	447
Autoridades federais, estaduais e municipais	448
a) Autoridades federais.....	448
b) Autoridades estaduais.....	451
c) Autoridades municipais.....	454
Outras figuras: o menor	458
EXCLUSÃO E RESSALVAS À COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	458
Contravenção penal	458
Justiça Militar	461
Justiça Eleitoral.....	462
Juizado Especial Federal.....	466
2ª PARTE – COMPETÊNCIA CRIMINAL ESPECÍFICA	467
CRIMES POLÍTICOS	468
CRIMES PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL	471
a) Crime de guarda de moeda falsa	473
b) Crime de entorpecente.....	473
c) Crime contra as populações indígenas.....	475
d) Crime de transferência ilegal de criança para o exterior.....	476
e) Crime de tráfico de mulheres	477
f) Crime de manutenção de espécimes silvestres em cativeiro	477
g) Delito contra a criança e o adolescente	478
CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	478
CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO.....	486
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA	494
CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES	496

CRIME DE INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DO ESTRANGEIRO NO PAÍS	498
3ª PARTE – COMPETÊNCIA CRIMINAL INSTRUMENTAL.....	501
<i>HABEAS CORPUS</i>	501
a) matéria criminal da competência da Justiça Federal	501
b) a autoridade deve estar subordinada à Justiça Federal	502
CUMPRIMENTO DE CARGA ROGATÓRIA	506
EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	506
4ª PARTE – MATÉRIAS OUTRAS ATINENTES À COMPETÊNCIA CRIMINAL	507
JÚRI FEDERAL	507
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PENAL À JUSTIÇA ESTADUAL.....	509
Tráfico internacional de entorpecente.....	511
Tráfico interno de entorpecente	514
CONEXÃO E PREVENÇÃO NA COMPETÊNCIA PENAL	519
a) Súmulas 52/TFR e 122/STJ.....	525
b) Prevenção	535
EXECUÇÃO DA PENA NOS CRIMES FEDERAIS COMUNS	537
CESSAÇÃO DA COMPETÊNCIA PENAL	544
COMPETÊNCIA CRIMINAL NAS SÚMULAS	544
a) Competência da Justiça Federal	545
b) Competência da Justiça Estadual.....	549
c) Temas correlacionados com a competência da Justiça Federal	554
COMPETÊNCIA RECURSAL.....	555
ÍNDICE ALFABÉTICO	559